A GENEALOGIA DA HIPOCRISIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Palavras-Chave: pessoas com deficiência, inclusão/exclusão, educação superior

Autores(as):
THAYNÁ ROSA PASSOS, FE – Unicamp
Prof. Dr. RONALDO ALEXANDRINO (orientador), FE - Unicamp

INTRODUÇÃO:

Historicamente, as pessoas com deficiência enfrentam muitas dificuldades para a vida em sociedade em diferentes épocas. Na antiguidade, especialmente no Império Romano, os recém-nascidos com deformidades físicas eram considerados monstruosos e podiam ser mortos perante a lei (COSTA, 2021). Com o advento do cristianismo, essa prática passa a ser desmotivada e as pessoas com deficiência recebem o olhar da caridade, sem que medidas efetivas fossem tomadas para considerar as especificidades desta população. Mais tarde, no século XIX, instituições filantrópicas e religiosas foram criadas para atender esta população, a chamada "educação especial" e, embora se iniciasse a concepção de que as pessoas com deficiência demandam estratégias pensadas em suas necessidades, o tratamento em instituições segregadas ainda levava somente à exclusão (COSTA, 2021).

Com o passar do tempo e o aumento da visibilidade deste tema, o poder público passa a se responsabilizar pela atenção à pessoa com deficiência e criar legislações para assegurar direitos mais igualitários, culminando atualmente na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que representa um marco importante para mudanças de perspectiva acerca das pessoas com deficiência. Traçando essa breve trajetória da percepção social sobre as pessoas com deficiência, é possível perceber que a exclusão passa a dar lugar ao discurso da inclusão, embora na prática as pessoas ainda enfrentam muitas dificuldades para garantia de seus direitos.

De acordo com o inciso XIII presente no artigo 28 da Lei Federal Nº13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), é dever do poder público assegurar o "acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas". Devido a legislação vigente, o poder público se torna, agora, o responsável por promover uma inclusão efetiva, não se limitando apenas a garantir vagas, mas também a adaptar os ambientes educacionais e os métodos de ensino às necessidades específicas das pessoas com deficiência. Partindo deste ponto, começamos a pensar a inclusão, que para Santanna e Gomes (2019), é uma palavra necessária e requer um olhar antidiscriminatório para alcançar realmente a inserção das pessoas com deficiência na sociedade.

Apesar da legislação, o desafio ainda se encontra na prática, principalmente, para promover este olhar antidiscriminatório nas pessoas e nas instituições. Por conta dessa exclusão histórica, percebe-se que os indivíduos foram sendo encaixotados, ao longo do tempo, em grupos distintos, fazendo com que haja uma divisão social. Neste sentido, as pessoas com deficiência física, por exemplo, encontram-se em uma

caixa diferente das pessoas sem deficiência física e esse processo acaba colocando os indivíduos não mais como apenas seres humanos, mas sim com diferenças identitárias que as separa e segrega.

Para Silva, Hall e Woodward (2017), a identidade não é algo fixo e imutável. Logo, quando um indivíduo assume uma determinada identidade, ele necessariamente deixa de assumir outras. Considerando esta lógica, é possível perceber que a diferença, na sociedade, é frequentemente entendida em termos de negatividade, como a falta ou ausência de algo e é colocada também como uma identidade nos indivíduos, que automaticamente os torna "fora do padrão". A partir do momento em que a pessoa sem deficiência é considerada um padrão, aquele que não se enquadra, ou seja, a pessoa com deficiência é colocada no lugar da diferença e, deste modo, não tem acesso às mesmas oportunidades.

Esta lógica mostra, na verdade, como ocorre socialmente a manutenção do poder baseado na identidade. Deleuze (2006), por sua vez, rompe com esta perspectiva ao afirmar que a diferença não tem relação com algo fixo, para ele o outro é simplesmente diferente e isso não tem relação com a identidade dos indivíduos. Baseado na obra de Deleuze, Silva (2002) afirma que "a diferença não tem nada a ver com o diferente. A redução da diferença ao diferente equivale a uma redução da diferença à identidade", em outras palavras, a diferença de um indivíduo não pode ser a referência para definir sua identidade, são apenas características que fazem as pessoas serem singulares.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009):

> Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

Sendo assim, uma pessoa que enfrenta barreiras para o acesso aos diferentes espaços e contextos sociais têm, na verdade, esses impedimentos impostos pela forma como a sociedade se organiza e não por apresentar uma diferença, quando na verdade as pessoas deveriam conseguir acessar todos os espaços.

No entanto, em uma sociedade onde a diferença é utilizada de forma identitária para separar as pessoas e isso tem moldado historicamente a organização social e a garantia de direitos, é necessário refletir sobre a forma como hoje a inclusão tem sido realizada, pois se não houvesse a exclusão no passado, a inclusão talvez não tivesse tantos desafios.

Uma pesquisa realizada, em 2017, com os Núcleos de Acessibilidade de 19 universidades federais do Sudeste demonstrou um despreparo por parte dessas instituições quanto aos quesitos de acessibilidade e inclusão conforme exposto:

> Os resultados evidenciaram, ainda, diferentes problemas no que diz respeito à acessibilidade. Em especial, chamaram nossa atenção os dados relativos à acessibilidade atitudinal e comunicacional. Do mesmo modo, verificamos que a acessibilidade pedagógica, arquitetônica e nos transportes merece cuidadoso debate nas IFES. Também não podemos deixar de evidenciar a falta e carência de profissionais especialistas como intérpretes, tradutores e instrutores de LIBRAS, assim como de revisores e transcritores em Braille (PLETSCH E MELO, 2017).

O decreto nº 6.949 (BRASIL, 2009), que regulamenta a convenção realizada pela ONU denominada "Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência", dispõe que é dever dos "Estados Partes", no caso o Brasil, assegurar o acesso ao ensino superior das pessoas com deficiência sem que haja distinções e também a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade. No entanto, observa-se que mesmo após 8 anos da publicação os alunos ainda encontraram dificuldades com relação a acessibilidade e inclusão. É através da visão da realidade que é possível perceber uma primeira pista da premissa deste projeto ao tentar afirmar que a inclusão é uma hipocrisia.

Atualmente, é imprescindível dar voz aos estudantes que são pessoas com deficiência e estão vivenciando a universidade pública, como forma de compreender quais são as dificuldades encontradas e saber como criar e aprimorar medidas para assegurar uma formação de qualidade. Deste modo, pesquisas são necessárias para explorar a perspectiva dos alunos com deficiência no cenário atual da universidade após a criação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

METODOLOGIA:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, uma vez que estas têm destaque nas pesquisas em educação pela amplitude de significados e opiniões que podem ser apreendidos e porque "sua flexibilidade e versatilidade permitem a compreensão da realidade escolar com uma profundidade dificilmente alcançada por outros instrumentos e técnicas" (OLIVEIRA, GUIMARÃES E FERREIRA, 2023). Esta pesquisa poderá contribuir socialmente para possíveis melhorias no processo de inclusão, acessibilidade e garantia dos direitos das pessoas com deficiência física no âmbito das universidades.

MÉTODO DE RECRUTAMENTO DOS PARTICIPANTES

Os graduandos com deficiência física que estudam nas universidades mencionadas foram buscados por meio de contato por e-mail. Com o intuito de alcançar uma maior quantidade de participantes foi criado um formulário para convidar os estudantes com deficiência física regularmente matriculados nas três instituições de ensino públicas selecionadas para este estudo. O link juntamente com uma mensagem de convite foi enviado para o e-mail das equipes de comunicação de cada um dos institutos das universidades para que pudessem ser compartilhados para os alunos. Nesta etapa uma das instituições informou não ter alunos matriculados que se declararam pessoas com deficiência física. O formulário foi composto por perguntas quanto ao tipo de deficiência, idade, instituição de ensino, ano do curso e tempo que convive com a deficiência, para avaliação dos critérios de inclusão e exclusão, além de receberem uma breve explicação da pesquisa. Os alunos que se enquadraram nos critérios de inclusão foram convidados a participar e fizeram o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

POPULAÇÃO ESTUDADA

A população deste estudo são alunos da graduação de diversos cursos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (Usp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp) que tenham deficiência física, O formulário obteve um alcance de 13 respostas, sendo 7 estudantes selecionados, os demais não se enquadraram nos critérios para a participação no estudo por não serem portadores de deficiência física. Dos 7 estudantes selecionados, 6 retornaram o e-mail para o agendamento da entrevista, correspondente às três universidades. Desses, 3 são alunos da UNICAMP, 2 da UNESP e 1 da USP. No entanto, ao realizar as entrevistas foi identificado que um dos alunos da UNESP não se enquadra nos critérios para participação do estudo por ser um estudante que possui deficiência intelectual, como o intuito desta pesquisa é analisar a experiência dos estudantes com deficiência física as respostas obtidas na entrevista com esse aluno não serão analisadas. A fim de manter o anonimato dos participantes, os mesmos foram denominados com letras e números, a pesquisa contou com a participação de cinco estudantes: A1, B1, C1, A2 e A3. Os números servirão para identificar a universidade que o aluno é matriculado, sendo 1 para a Unicamp, 2 para a Unesp e 3 para a Usp.

Todos os participantes possuem uma deficiência física, A1 tem ausência do antebraço e da mão esquerda, B1 tem paralisia cerebral que afetou principalmente seus membros inferiores, C1 possui atrofia espinhal muscular, A2 tem miopatia congênita e atualmente está em processo de diagnóstico de miopatia nemalínica ela faz o uso de muletas e cadeira de rodas, assim como os participantes B1 e C1 e o participante A3 possui paralisia de Erb no braço esquerdo. Todos os sujeitos preencheram o formulário prévio e foram submetidos ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram

realizadas via plataforma *Google Meet* de forma semiestruturada com as seguintes perguntas pré-estabelecidas: Qual a sua deficiência? Você já nasceu com ela ou adquiriu em algum momento da vida? Como você avalia o relacionamento com seus professores e com os alunos? Você acha que a sua deficiência influencia nisso? Como você avalia as políticas da sua universidade para promover a inclusão de estudantes com deficiência? Você poderia dar exemplos? Como você avalia a acessibilidade nas instalações da universidade (salas de aula, bibliotecas, banheiros, etc.)? Como você acha que tem sido o preparo dos estudantes com deficiência na universidade para o mercado de trabalho? Como você descreveria sua experiência geral no ensino superior como pessoa com deficiência física? O quanto o curso potencializa a deficiência em sua formação? Você acha que a inclusão realmente existe? E para finalizar, você gostaria de dizer alguma coisa que eu não tenha perguntado? Além das perguntas previamente elaboradas, surgiram questões específicas para cada participante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A partir dos discursos produzidos por estudantes com deficiências das universidades estaduais paulistas será feita uma análise à luz da bibliografia com o intuito de verificar a existência da hipocrisia no discurso da inclusão produzido por tais instituições. Os participantes e instituições têm direito a acessar os resultados desta pesquisa, estes serão encaminhados para eles após conclusão.

Para a realização desta análise, foram considerados repositórios de publicações acadêmicas confiáveis, como o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Estas bases foram escolhidas considerando os seguintes motivos: a) o acesso gratuito e b) a abrangência no cenário nacional das pesquisas científicas. As pesquisas foram guiadas por descritores abrangentes como "pessoas com deficiência", "inclusão", "exclusão", "acessibilidade" e "ensino superior", por vezes combinados com "estado de São Paulo", "Brasil" e os filtros de idioma (Português), área de conhecimento (Ciências Humanas, *Educational*) e tipo de publicação (Artigos, acesso aberto e produção nacional). Na intenção de analisar os estudos mais recentes optou-se por limitar a busca no período de 10 anos, sendo de 2015 a 2025.

O processo de seleção de textos revelou diferentes volumes de publicações relevantes para esta pesquisa. No banco de dados da SciELO, as pesquisas iniciais com "pessoas com deficiência; ensino superior" resultaram em 4 publicações, das quais 2 foram selecionadas após leitura de título e resumo. Combinações com "inclusão", "exclusão" e "estado de São Paulo" resultaram em 3, 0, 0 e 0 artigos selecionados respectivamente. A busca por "pessoas com deficiência; acessibilidade; ensino superior" retornou 1 artigo, que foi descartado na fase de leitura do resumo, pois não tinha relação com a temática da presente pesquisa.

Já no banco de dados da CAPES, a pesquisa sobre pessoas com deficiência e ensino superior (com filtros para Unesp, Unicamp) resultou em 14 artigos, sendo 4 selecionados após a leitura do resumo. A combinação com "inclusão" (Unesp, Unicamp) totalizou em 9 artigos, mas nenhum foi selecionado. Para "exclusão", foram encontrados 17 artigos, com 8 selecionados pelo resumo. As buscas específicas para o "estado de São Paulo" não resultaram em artigos selecionados. Por fim, a pesquisa sobre pessoas com deficiência, acessibilidade e ensino superior foi a mais ampla, com 111 resultados, sendo selecionados 9 artigos após análise de título e resumo. A intenção era de encontrar e selecionar artigos publicados pelas três universidades estaduais estudadas nesta pesquisa, no entanto não foram localizadas publicações de pesquisadores da USP nesta base de dados. Ao todo foram selecionados 23 artigos, sendo 2 do SciELO e 21 da CAPES.

A partir dos resultados obtidos por meio das buscas em bases de dados, pode-se perceber que existe uma lacuna de estudos que abordam especificamente a inclusão de pessoas com deficiência física, demonstrando a importância e relevância desta pesquisa ser desenvolvida. A fundamentação teórica, portanto, será pautada na realização de um estado do conhecimento que será baseado no levantamento bibliográfico acima demonstrado.

CONCLUSÕES:

A discussão aprofundada das entrevistas, assim como a análise dos textos selecionados, está atualmente em processo de elaboração. No entanto, já é possível afirmar, de acordo com as falas dos participantes deste estudo e com os dados coletados, que existe um abismo entre o discurso da inclusão e a real inclusão, além de corroborarem com as afirmações das proposições teóricas estudadas. O resultado, portanto, se apresenta em caráter preliminar e maiores detalhamento da análise de dados serão demonstrados na versão final do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luiz A. Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1979.

BRASIL, Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009. Dispõe sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF, 2009.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

COSTA, M. P. **Inclusão no ensino superior? Percepções dos estudantes com deficiência da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Campina Grande**. 2021. 170 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20907?locale=pt_BR. Acesso em: 7 mai. 2024.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**.Tradução: Luiz Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

OLIVEIRA, S. de; GUIMARÃES, O. M.; FERREIRA, J. de L. As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 210–236, 2023. DOI: 10.5965/1984723824552023210. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/21779. Acesso em: 9 mai. 2024.

PLETSCH, M. D.; MELO, F. R. L. V. de. Estrutura e funcionamento dos núcleos de acessibilidade e inclusão nas universidades federais da região sudeste. Re**vista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1610–1627, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n.3.2017.10354. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10354. Acesso em: 8 mai. 2024.

SANTANNA B. G., GOMES A. C. A revisão da Lei Brasileira de Inclusão à Pessoa com Deficiência (Lei N.13146/15) e as falhas na sua aplicação. **RICFDF**, Franca, v. 4, n. 1, p. 141-158, jul. 2020. DOI https://doi.org/10.21207/2675-0104.2019.917. Disponível em: https://www.revista.direitofranca.br/index.php/icfdf/article/view/917. Acesso em: 8 mai. 2024.

SILVA, T. T. DA.; HALL S; WOODWARD K. **Identidade e diferença a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução: Tomaz T. da Silva. 15. ed. Petropolis: Editora Vozes; 2017. 133 p.

SILVA, T. T. DA. Identidade e diferença: impertinências. **Educação & Sociedade**, Rio Grande do Sul, v. 23, n. 79, p. 65–66, ago. 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300005. Acesso em: 30 abr. 2024.